

## ***MIND REVIEW* E SEUS DESDOBRAMENTOS NA HISTÓRIA: JOHN MURRAY ARCHIBALD MACDONALD E AS REFLEXÕES SOBRE A “CIÊNCIA DA HISTÓRIA” (1885).<sup>1</sup>**

Hober Alves Lopes<sup>2</sup>  
e-mail: [hober\\_lopes@hotmail.com](mailto:hober_lopes@hotmail.com)  
Universidade Federal de Goiás

Resumo: O presente texto tem por pretensão elucidar as ideias de John Murray Archibald MacDonal presente em seu artigo *The Science of History* publicado na *Mind Review* em 1885. Para isso nosso trabalho encaminhará em três momentos: 1) evidenciaremos este periódico fonte de nossa pesquisa e apontaremos sua importância no cenário inglês do século XIX; 2) caracterizaremos de maneira geral o *British Idealism*, cujo florescimento no último quartel do século XIX teve forte reflexo no interior da revista em questão; e por fim, 3) analisaremos as estruturas explicativas do texto de MacDonal, que para nós está eminentemente ligado a filosofia idealista.

Palavras-chaves: Progresso, Teoria da Vida, Liberdade, Estado, Filosofia da História.

Abstract: This text has the intention to elucidate the ideas of John Murray Archibald MacDonal this in his article *The Science of History* published in 1885 in *Mind Review*. For this our work forward in three time: 1) we will evidence this journal source of our search, we will point its importance in english scene of the nineteenth century; 2) we will characterize general mode the *British Idealism*, which its bloom in the last quarter of the nineteenth century had strong refletion within the magazine in question; lastly, 3) we will analyze the structures explanatory text of the MacDonal, which for us is eminently connected idealist philosophy.

---

<sup>1</sup>Esse artigo está inserido numa discussão maior e que incorpora parte da minha pesquisa de mestrado, cujo os resultados parciais são aqui evidenciados. Ressalto que o mesmo faz parte de uma discussão ainda não esgotada, cuja a realização destina-se na obtenção de conceito na disciplina Tópicos Especiais da Operação Historiográfica: sistemática, realizada com o Prof. Dr. Cristiano Arrais. Desse modo, o mesmo será expandido e integrado ao corpo final de nossa dissertação.

<sup>2</sup>Mestrando em história do programa de pós-graduação PPGH da UFG, Bolsista Capes.

Keyword: Progress, Teory of life, Freedom, State, Philosophy of History.

## Introdução

O presente artigo visa colocar em evidência os resultados parciais de uma pesquisa em andamento. O ponto de partida para a nossa discussão repousa em um periódico inglês: *Mind Review*<sup>1</sup> (1876-1922). Neste sentido, exploraremos uma de nossas fontes, o artigo de Jonh Murray A. MacDonald: *The Science of History* (1885). É importante ressaltar, que sobretudo estamos a tratar de filósofos, que em determinado momento dirigiram suas elucubrações para o campo da história, e ao fazer essa incursão, talvez incorreram em veleidades com relação ao ofício que estava se constituindo como um campo legítimo de conhecimento. A História. Assim, nosso estudo talvez vai de encontro a um certo tipo de história da historiografia a partir de um outro suporte – o periódico –, de outro, de um trato filosófico-histórico de alguns problemas centrais ao campo da história. Por fim, uma discussão teórica do que é história ou mesmo a ciência da história.

Não obstante ao fato, de que para muitos a filosofia seria uma disciplina de segunda ordem. Nem por isso de menor valia, ao contrário, se fez necessária e suas contribuições vieram a calhar no pensamento histórico. Se de um lado, ficou evidente uma aversão a um certo tipo de filosofia da história, no interior de nossa disciplina (de modo geral no século XIX) – de cunho eminentemente especulativo ou metafísico – negado por muitos e praticada por poucos; doutro, foi a partir de um tipo mais conceitual de cunho analítico – filosofia crítica da história – que se pôde notar com veemência uma estruturação teórica mais elevada dos aspectos do conhecimento histórico, até então negligenciado por muitos historiadores. De maneira geral, como nos aponta Walsh (1967) a filosofia da história como uma atividade específica de investigação gozou de pouco prestígio nas Ilhas Britânicas em relação a outros polos desta

---

1 A *Mind Review* é um periódico de filosofia e psicologia fundada em 1876 a cabo inicialmente como editor o prof. George Croom Robertson. A princípio nosso interesse repousa em discussões fundamentalmente no campo da história. Não obstante isso, entendemos a amplitude e os embates filosóficos que permearam em seu interior ao longo de suas publicações – que atualmente ainda se mantém –. Ao longo de nosso recorte 1876-1922, foi possível não apenas notar algumas distensões filosófica no periódico, mas também, de maneira mais nítida através – daquilo que poderíamos chamar de escolas filosóficas – de posições distintas, respectivamente, grupos ou escolas. Neste sentido, identificamos ao menos três vertentes filosóficas de maneira mais clara: 1) a longa tradição da filosofia empirista; 2) uma filosofia idealista emergente (*British Idealism*); 3) A estruturação de uma filosofia analítica. É Dentro deste conjunto conflituoso que estão inseridos os nossos objetos de análise. Eminentemente, aqueles que convergem para o campo da história.

discussão, de modo menos sistemático nos fins do século XIX e início do XX. Isso se deveu conforme nos afirma Walsh por uma tendência aversiva própria do pensamento inglês daquele momento. Diferentemente do que ocorreu em países como a Alemanha e a Itália. Neles temos nomes de grande destaque dentro desse cenário: Dilthey e Rickert na Alemanha e Croce na Itália. É neste sentido, que apresentamos o texto de Macdonald como uma extensão de um certo tipo de filosofia da história levado a cabo por Hegel e que como nos aponta Walsh, “a filosofia da história, em sua forma tradicional, não chegou ao fim com a morte de Hegel. Embora com um aspecto diferente, continuou com Marx e foi praticada novamente em nossos dias por autores como Spengler e Toynbee” (1967, p. 15).

Se de um lado, houve a necessidade de se conceber e analisar os passos que possibilitaram a consubstanciação da história enquanto um saber legítimo cujo florescimento foi notório em toda a Europa entendida como uma disciplina autônoma e reflexiva. Não obstante a isso, esse percurso foi negligenciado por parte da história da historiografia no âmbito da língua nacional, que de maneira geral, privilegiou duas correntes historiográficas em especial: a francesa (com uma vasta incidência na historiografia brasileira) e a alemã (que atualmente tem-se estendido de modo particular neste mesmo cenário). E de certo modo, a historiografia inglesa de cunho marxista, já na segunda metade do século XX. Se tratando da história da historiografia inglesa do século XIX, temos um número insignificante de obras franqueadas em língua portuguesa, que na verdade trata-se de fragmentos, antologias temáticas de certos problemas no campo da história (GARDINER, 1995; MALERBA, 2010, 2013; MARTINS, 2010). Sérgio da Mata aponta esse tipo de privilégio historiográfico setorial como “mito historiográfico”. Assim acrescenta:

Ranke tornou-se um desses territórios minados na história da historiografia. Sobre ele sempre se fala e escreve, dele pouco (ou, o que é mais comum, nada) se lê. Informações à seu respeito e impressões sobre seus livros são obtidos de segunda, terceira mão. [...] Não é outro o caso da assim chamada “historiografia positivista” do século XIX. Um mito tão mais resistente na medida em que se baseia numa caracterização heteróclita, cujo sentido é o de construir o avesso e outro mito e, assim, legitimá-lo: o da “revolução” dos Annales (DA MATA, 2010, p. 187).

De outro lado, sabemos pouco acerca de um tratamento desenvolvido eminentemente por filósofos sobre o conhecimento histórico no cenário inglês do século XIX. É dentro deste quadro, pouco explorados que procuraremos elencar o pensamento de Macdonald. Desse modo, pretendemos fazer este percurso elencando três momentos: 1) dar um panorama geral da *Mind Review*, cuja fundação remonta a segunda metade do século XIX; 2) traçar de maneira geral o

*British Idealism* e seus principais expoentes (pois acreditamos estar nesta corrente filosófica alguns elementos que possa nos ajudar na interpretação do artigo proposto para análise); 3) e por fim, fazer uma reflexão crítica a cerca do conceito de progresso, e assim acompanhar junto com o autor os argumentos que nos possibilita delinear os aspectos singulares de sua filosofia da história. Feito isso, encaminharemos para uma conclusão primária dos elementos explicativos de seu texto.

### 1 – *Mind Review*

É necessário que se ressalte a importância dos periódicos no panorama inglês do século XIX, por duas razões: primeiramente, pelo fato de que é neste quadro que se processa a história e sua consolidação, neste sentido, apreendemo-os em certa medida como parte da institucionalização da história (BENTIVOGLIO, 2011, p. 81); segundo, porque entendemos que os periódicos é um desdobramento da profissionalização da história, não o seria possível sem um *staff* minimamente consolidado. Dado as justificativas, cabe apontar suas devidas particularidades.

Para Iggers o pensamento histórico inglês no século XIX possui uma particularidade própria de si – juntamente com a Itália – pelo fato de ter desempenhado um papel não tão importante quanto aos outros “centros” da historiografia: França e Alemanha. Assim mensura:

Na Grã-Bretanha e na Itália a história acadêmica teve um papel menos importante [até meados do século XIX]. Nenhum dos historiadores britânicos importantes era acadêmico. Os dois mais eminentes eram Thomas Macaulay e Thomas Carlyle (1795-1881), ambos imensamente populares e pouco afetados pelo rigor acadêmico-científico. Carlyle chegou a introduzir um personagem ficcional, o Professor Dryasdust, que representava a tradição erudita. Enquanto Macaulay expressou fé no progresso humano manifestado na ascensão da liberdade inglesa. Carlyle olhou o mundo moderno com desdém. Viu na Revolução Francesa como uma catástrofe, admirava os grandes heróis autoritários da história, mas também, como um crítico da sociedade industrial, expressou sua simpatia para com as massas empobrecidas e seu escárnio para com as classes dirigentes. Em contraste com o otimismo complacente de Macaulay, foi um crítico conservador da cultura e da sociedade de seu tempo (Apud LOPES: 2010: 18-9).

Podemos corroborar com essa tese citando um outro nome, que por sua vez, não foi prolixo em escrita, e que só na velhice concedeu ao ofício da deusa Clío. John Emerich Edward Dalberg Acton, comumente conhecido como Lord Acton. Entretanto, concordar com isso não nos levaria a nada, ao não ser pelo reconhecimento ínfimo que essa tradição historiográfica nos forneceu. O que não é o caso. Ao contrário, tencionamos prescrutar esse caminho pouco

percorrido – talvez pelo fato de não ser tão “importante” ao conhecimento histórico – pela história da historiografia. Para isso, elencaremos dois periódicos.

Temos ante nos dois periódicos: um eminentemente de cunho histórico (*The English Historical Review*); e outro, que aparentemente, não despertaria interesse histórico pelo seu aparente distanciamento, que sobretudo, trata de assuntos no campo da filosofia e da psicologia (*Mind Review*). O que esses periódicos têm que podem lançar luz sobre a história da historiografia, ou mesmo, da teoria da história? Ou isto só é feita a partir de obras consagradas de grandes autores? Seria possível através destes suportes alçar um panorama historiográfico, como um substrato da história da historiografia e aspectos teóricos no campo da história que ainda nos é válido? Se sim, como seria possível traçar essa história intermediária dos periódicos científicos? Seria possível vislumbrar por meio deles certos traços, inscrições, que se consolidaram com um certo tipo de escrita – estamos falando de possíveis escolas históricas, de um lado, e de influências filosóficas, de outro – seria tal intento possível? De início, não tentaremos respondê-las, as indagações serão os guias pelos quais traçaremos esse itinerário. O que propomos é ver o que este periódico – *Mind Review* – tem a nos fornecer enquanto instâncias relevantes ao pensamento histórico.

Fundada em 1876, a *Mind Review* é considerada como um instrumento intelectual importante e atuante de divulgação das reflexões a cerca das questões sobre filosofia e psicologia no último quartel do século XIX. No prefácio da primeira edição da revista, George Croom Robertson (editor) mensura que ela é a primeira tentativa neste sentido de tentar abordar estes dois campos. A figura de Alexander Bain é apontada como essencial, se não o fundador uma peça fundamental na desenvoltura do projeto.<sup>1</sup> No entanto, no prefácio não consta informações sobre isso, quando menciona o fato remete aos *projetistas*, apontando neste caso, no mínimo a um grupo de intelectuais. O interessante é que a revista toma uma dimensão maior ultrapassando as prerrogativas iniciais de seus pressupostos, tornando-se praticamente uma “instituição intelectual”, no sentido de organizar em torno de si os mais eminentes pensadores das instituições acadêmicas das ilhas britânicas e dos Estados Unidos.

---

1 No verbete sobre Alexander Bain na Stanford Encyclopedia of Philosophy, ele é apontado como uma figura central na fundação da revista. No volume 15 da nova série da *Mind* (1906) é atribuído o título de membro honorário a esposa de Bain no sexto congresso da *Associação Mind*, pela fundação e pelo suporte dado a revista. Em ambos os casos é de suma relevância este intelectual, não só neste aspecto mais por suas contribuições em forma de artigos nela, que por sinal é bem vasta.

A confirmação deste aspecto pode ser evidenciada no ano de 1906 no volume 15, nº 57 da nova série, já nas últimas páginas da edição de janeiro foi publicado uma lista dos membros da *Mind Association* e da estrutura das disposições de cargos, que a partir desta data, e nos anos subsequentes publicariam anualmente esta lista. Fundada em 1899 a *Mind Association*, tinha como presidente em 1906 no ano da publicação deste documento o prof. Carveth Read, cargo que oscilava anualmente.<sup>2</sup> A consolidação da revista em associação possibilitou além de uma nova roupagem perceptível a partir da nova série (1892), no âmbito da sua temática filosófica, passando da sua primeira fase eminentemente voltado para a perspectiva empirista para consolidar num segundo momento, no que podemos dizer de sua “fase idealista”. Além do mais, da própria organização interna que a possibilitou ser um *locus* proeminente de uma fecunda ramificação intelectual.

A disposição estrutural do conteúdo da revista segue-se pela exposição dos *artigos* que a compõe, em seguida de uma *notícia crítica* sobre diversos aspectos, em sua grande maioria tangenciando as questões proposta pelo jornal, *reportagens* e por último, expõem uma tabela de *novos livros* lançados no período da publicação, partido não só das publicações em língua inglesa, mas abrangendo outras, como o alemão e o francês. Suas publicações eram trimestralmente, totalizando quadro edições anuais. No volume I, ano inicial das publicações, lançou 30 artigos, marca que não seria superada ao longo de nosso recorte, estabelecendo uma média de 15 a 20 artigos anuais, correspondendo desse modo, entre 4 a 5 artigos em cada número. Esta redução ganhou em fecundidade abrindo mão de uma quantidade excessiva de artigos que de certo modo atendia de maneira superficial as questões elencadas.

A *Mind Review* foi seccionada por nós em três momentos. Correspondendo na primeira parte da revista, que sob a égide do editor George Croom Robertson (1876-1892) teve uma forte presença da tradição da filosofia empirista, por sinal muito forte na Inglaterra. A segunda fase, emerge a partir de 1892 com a morte de Robertson, é quando G. F. Stout assume a edição da revista (1892-1920). É evidente que o cenário do último quartel do século XIX já estava predominantemente calcado no Idealismo, e isso refletirá de maneira contundente no interior da revista. Esse “dualismo” entre a primeira fase – empirismo – e a segunda fase – idealismo – é

---

2 Segue a estrutura da direção na associação: Vice-presidentes: B. Bosanque, A. S. Pringlue-Pattison, W. R. Sorley, J. Sully and J. Ward, Drs. E. Cair. S. H. Hodgson and H. Rashdall. Editor: G. F. Stout, tesoureiro: Mr. F. C. S. Schiller, secretário: H. Sturt e os membros filiados à associação: A. J. Baulfour, R. B. Haldane, Dr. H. Wilde e Mr. Henry Sidgwick. Nomes que crescerão a cada novo número.

bem visível nos autores, temas, problemáticas e conteúdos que em sua grande maioria giraram em torno de um embate interno da revista, em relação ao seu aspecto filosófico. Por fim, de modo paralelo, emerge a filosofia analítica, que por sua vez, entrou em forte embate com a tradição anterior, disputa que ficará mais evidente a partir da década de 1910 e 1920 do século XX, cuja a evidência será apontado por nós logo mais.

Neste sentido, observamos que a primeira parte da revista dialoga com a própria tradição empirista estabelecida pelos grandes filósofos deste campo. Na segunda, existe uma forte influência do idealismo alemão no desenvolvimento da filosofia dos autores. Esse contato em certa medida já havia sido ensaiado por alguns autores já na primeira metade do século XIX, como por exemplo, nas traduções de alguns clássicos por Carlyle, não só em termos literários mais filosóficos também. De grosso modo, ocorre uma aproximação maior na segunda metade daquele século. Na terceira fase, ocorre uma tentativa de obliterar o idealismo britânico por parte da filosofia analítica, deste embate, ficará evidente um silenciamento dentro da história da filosofia no cenário inglês em relação a tradição da filosofia idealista.

Sabemos como nos aponta Dosse que a história “nasceu dessa forma, entre filósofos, sociólogos e historiadores”. Desse modo, o que queremos evidenciar na *Mind Review* é justamente isso: uma interface de cunho filosófico que inseriu em suas discussões problemas caros ao campo da história. Como por exemplo: os problemas colocados pela filosofia da história (Macdonald); a questão do caráter científico ou não do pensamento histórico (Collingwood, Taylor e Schiller), entre outros. De outro lado, resta saber como as correntes filosóficas supracitadas influenciaram ou não na construção do pensamento histórico inglês no século XIX. Essa também é uma pergunta que tencionamos alcançar em nossa pesquisa.

## 2 – Idealismo Britânico: uma introdução

O tópico acima remonta ao livro de J. W. Mander, *British Idealism: A History* publicado pela Oxford em 2011, e aponta ao que pretendemos aqui: uma síntese do que foi este movimento filosófico no cenário inglês. O *Idealismo Britânico*<sup>1</sup> foi um movimento filosófico que

---

1 Para um aprofundamento sobre o tema, Cf. por exemplo: MANDER, 2000, 2011; ROCKMORE, 2005; BOUCHER, VINCENT, 2000 e 2012; COPLESTON, 1994; STERN, 2007; BOUCHER, 1984; 1994; DUNHAM, GRANT, WATSON, 2011; OFFER, 2006; NEILL, 2003. Entre outros.

emergiu na segunda metade do século XIX e com uma evidência maior no último quartel do mesmo século. Teve um período de efervescência pequeno, do último quarto do século XIX ao primeiro do XX. No entanto, seu legado alcançou grandes nomes, como o de R. G. Collingwood e Michael Oakeshott. É importante ressaltar, que houve de certo modo, e a própria história da filosofia inglês demonstra isso, um silenciamento, ou na melhor das hipóteses uma espécie de deslocamento, cuja a relevância foi colocada em questão e mesmo suspensão.

O seu “silenciamento” dá vistas a uma retomada importante dentro do panorama inglês, e sobretudo, é de suma necessidade para a própria história da filosofia. Desse modo, estamos diante de um momento único, porém, relegado ao acaso: de um lado, a ausência de uma história da historiografia inglesa do século XIX (nos grandes manuais sobre historiografia); de outro lado, uma “marginalização intelectual” por parte da própria história da filosofia, em relação ao Idealismo Britânico. Isso no âmbito de língua inglesa, no nível nacional, esse movimento se quer é bem conhecido, isto porque os grandes manuais de história da filosofia (por exemplo da obra em conjunto de Geovani Reale e Dario Antiseri) nos traz apenas notícias, com páginas tão ínfimas que só nos mostra o quão desconhecido é, não por ser menos importante, ao contrário.

Mander evidencia a relevância deste movimento e resalta que no final do século XIX, o panorama filosófico inglês foi predominantemente idealista – os problemas, conceitos, métodos e toda a história da disciplina. O que seu trabalho pretende é justamente inserir esse movimento na longa trajetória da história da filosofia. No entanto, esse “silenciamento” se tornou um problema na própria tradição filosófica inglesa.

A crônica da filosofia Britânica como ensinada em nossas universidades, pára em Mill e começa novamente com Russel e Moore, como se nada aconteceu em todo o período intermediário [...]. Não apenas encontramos um completo mundo da filosofia esquecido e inexplorado, mas nós achamos que ela seja de um caráter marcadamente diferente em gênero de qualquer coisa da corrente mais recente [...] (MANDER, 2011, p. 01).<sup>1</sup>

Esse “silenciamento” não foi de maneira nenhuma gratuita, antes dá mostras de uma forte oposição filosófica. A filosofia analítica – movimento que ascende pós o idealismo – se fez a partir de uma crítica interna à filosofia idealista. Sua projeção não se deu somente na crítica a tradição anterior, o movimento foi além, e tratou de colocar de lado o fantasma do idealismo, de tal modo, que não pudesse ser lembrado. Tom Rockmore em *Hegel, Idealism and Analytic*

---

1 As demais citações em inglês serão por nós traduzidas: “The chronicle of British philosophy as taught in our universities stops at Mill to start again with Russell and Moore, as though nothing at all happened in the intervening period [...]. Not only do we encounter a whole world of forgotten and unexplored philosophy, but we find it to be of a character markedly different in kind to anything of more recent currency”.



*Philosophy* (2005) apontará de modo semelhante a Mander o ataque da Filosofia Analítica ao Idealismo Britânico. Contraposição, que após sua afirmação tentou subsumir a tradição anterior, desferindo um corte na própria história da filosofia inglesa. Seus principais expoentes foram: G. E. Moore, Bertrand Russell e posteriormente Wittngestein. Essa tentativa de subsumir a tradição idealista é apontada por Rockmore:

A apresentação de Russel do Idealismo Alemão em *Uma História da Filosofia Ocidental*, a melhor obra de meu conhecimento, a mais extensa discussão feita por um importante filósofo analítico, é redutora em extremo. Ele simplesmente salta de Kant a Hegel sem qualquer esforço para discutir Fichter ou Schelling. Ele é menos bondoso com respeito ao Idealismo Britânico, o qual não concebe nenhum tratamento direto ao movimento. Curiosamente ele nem sequer menciona McTaggart, um importante idealista Britânico com quem ele estudou e quem por um tempo foi influenciado pelo seu próprio trabalho (2005, p. 33).<sup>2</sup>

Neste excerto, tomamos a dimensão de uma oposição fortemente articulada na tentativa de colocar a margem uma tradição com um peso importante dentro do pensamento filosófico britânico. E essa ausência demonstra claramente um forte enfrentamento do combate filosófico, tendo em vista que Russel foi aluno de McTaggart e de F. H. Bradley. Se de um lado, houve uma oposição ferrenha por parte dos principais expoentes da Filosofia Analítica em colocar a margem essa tradição, doutro, como explicar autores que por sua vez, mantiveram dentro de seus escopos filosóficos aspectos cruciais do pensamento idealista, como é o caso de R. G. Collingwood e Michael Oakeshott? David Boucher e Andrew Vicent em *British Idealism and Political Theory* (2000) nos dá o mapa do florescimento deste importante movimento:

O Idealismo Britânico começou a estabelecer suas raízes na Escócia e em Oxford durante a metade do século XIX e rapidamente tornou-se a filosofia dominante através de escritos e pessoas influentes, tais expoentes como: Fraser Campbell, Edward Caird, T. H. Green, F. H. Bradley, Bernard Bosanquet, Henry Jones, Andrew Seth Pringle-Pattison, D. G. Ritchie, J. S. Mackenzie, William Wallace, W. R. Sorley, J. M. E. McTaggart e John Watson, até a virada do século quando suas doutrinas fundamentais foram desafiadas por filósofos tais como John Cook Wilson, George Edward Moore e Bertrand Russell. A partir deste momento, a marcha do idealismo foi prejudicada e já pelo fim da Primeira Guerra Mundial ela foi parcialmente retirada. Entretanto, o Idealismo foi gerenciado através de seus professores e influência pessoal que permeou todo o mundo de língua inglesa com suas doutrinas. Até depois da morte de seus principais expoentes em meados da década de 1920 – Bradley, Bosanquet, Jones e McTaggart – o Idealismo continuou a dominar o professorado e foi capaz de incluir em suas aptas categorias novos convertidos tais como R. G. Collingwood em Orfoxd que publicou *Speculum*

---

2 “Russell’s presentation of German idealism in *A History of Western Philosophy*, to the best of my knowledge the most ex-tensive such discussion by a leading analytic philosopher, is re-ductive in the extreme. He simply jumps from Kant to Hegel, without any effort to discuss either Fichte or Schelling. He is even less charitable with respect to British idealism, which re-ceives no direct treatment at all. Oddly enough he never even mentions McTaggart, a leading British idealist with whom he studied and who for a time influenced his own early work”.

Mentis em 1924 e Michael Oakeshott em Cambridge que publicou *Experiência e seus modos* em 1933 (2000, p. 02).<sup>1</sup>

Mander (2011) aponta que o movimento conhecido como Idealismo Britânico possuiu um ponto de unidade, uma comum afiliação – apesar da heterogeneidade de posição – não em Berkeley, mas em Platão, Kant e Hegel. Para entender esta “unidade” formativa o autor faz um rastreamento localizando um panorama espacial e intelectual dos principais autores desta corrente. Com isto, localiza três grandes centros formativos: Oxford, Glasgow e Edinburgh. Destes, Oxford sobressaiu e permaneceu como o centro do movimento. Nele passaram grandes nomes como elencado por Mander:

Green era do Colégio Balliol em Oxford, de 1855 a 1882, primeiro como aluno depois como tutor; Bosanquet (1860-70), Nettleship (1864-92), e Wallace (1865-7) foram todos alunos de Green no Balliol; Nettleship permanecendo como companheiro, enquanto Bosanquet foi para a University College e Wallace para Merton College. Ao mesmo tempo que F. H. Bradley, embora um estudante no University College (1865-9) certamente assistiu suas palestras, antes de pegar uma bolsa de estudo no Merton como um colega de Wallace (2011, p. 7-8).<sup>2</sup>

Glasgow e Edinburgh também foram centros formativos de grande importância para o movimento Idealista. No primeiro, tiveram nomes como Edward Caird (coeditor na revista *Mind*) e John Caird, (o primeiro ocupou a cadeira de filosofia moral, o segundo a cadeira de teologia). No segundo, D.G. Ritchie, W.R. Sorley, R.B. Haldane e Andrew Seth Pringle-Pattison (coeditor na revista *Mind*). Deste grupo de intelectuais quase todos escreveram na revista *Mind*, entendido por nós como um *locus* eminente do debate filosófico.

Não obstante aos centros que foram os berços, o *locus* que possibilitou o

---

1 “British Idealism began to establish its roots in Scotland and Oxford during the middle of the nineteenth century and rapidly became the dominant philosophy, through the writings and personal influence of such exponents as Fraser Campbell, Edward Caird, T. H. Green, F. H. Bradley, Bernard Bosanquet, Henry Jones, Andrew Seth Pringle-Pattison, D. G. Ritchie, J. S. Mackenzie, William Wallace, W. R. Sorley, J. M. E. McTaggart and John Watson, until the turn of the century when its fundamental doctrines were challenged by philosophers such as John Cook Wilson, G. E. Moore and Bertrand Russell. From this time, the march of Idealism was hindered, and by the end of the First World War it was in partial retreat. However, the British Idealists managed through their teaching and personal influence to permeate the whole English-speaking world with their doctrines. Even after the death of its leading exponents in the mid 1920s – Bradley, Bosanquet, Jones and McTaggart – Idealism continued to dominate the professoriate and was able to count in its ranks able young converts such as R. G. Collingwood in Oxford, who published *Speculum Mentis* in 1924, and Michael Oakeshott in Cambridge, who published *Experience and Its Modes* in 1933”.

2 “Green was at Balliol College, Oxford, from 1855 to 1882, first as a student then as a tutor. Bosanquet (1860–70), Nettleship (1864–92), and Wallace (1865–7) were all students of Green’s at Balliol; Nettleship remaining as a Fellow, while Bosanquet went on to University College and Wallace to Merton College. At the same time F.H. Bradley, though a student at University College (1865–9), certainly attended his lectures, before taking up a fellowship at Merton as a colleague of Wallace”.

desenvolvimento desta corrente filosófica, seria enganoso não elencar o nome de James Hutchison Stirling que em 1865 publicou *The Secret Hegel*. Não queremos aqui elencar marcos para o início deste movimento. Certo é, que estamos diante de uma confluência que também só foi possível com a introdução do Idealismo Alemão, que por sinal teve grande influência dos literatos e também de historiadores como é o caso de Thomas Carlyle, um dos primeiros a traduzir Goethe para a língua inglesa.

### 3 – John A. Murray MacDonald: The Science of History (1885)

Antes de adentrarmos em seu texto seria necessário perguntar-se pelo autor<sup>1</sup> de quem afinal de contas estamos tratando, ou isso não seria relevante? Acreditamos que sim. Localizá-lo e situá-lo em seu ambiente contextual nos fornece alguns elementos sumários que talvez possa nos dar pistas para algumas de suas ideias.

Estamos a tratar de um desconhecido, mas, para além desse fato, estamos a falar de um autor que em suas discussões colocou no interior de sua escrita aspectos importantes e caros ao pensamento histórico. E ao fazê-lo dialogou com as correntes filosóficas de seu tempo, e sobretudo, colocou em suspensão a ideia de progresso ao problematizá-lo. Com isso, possibilitou a ele encaminhar elementos para uma filosofia da história. Desse modo, delinearemos três momentos centrais em seu texto: 1) as críticas asseveradas à ideia de progresso; 2) os problemas para com teoria da vida e a ideia de evolucionismo desenvolvidas por Darwin e Spencer; e por fim, 3) as aproximações com as ideias de Thomas Hill Green (um dos membros do Idealismo Britânico) cujo estreitamento possibilitou traços elementares para sua filosofia da história.

Nas primeiras páginas de seu artigo começa abordando sobre a ideia de progresso, e

---

1 John Archibald Murray MacDonald (1854-1939) foi um político britânico do Partido Liberal (*whig*). As informações a seu respeito são parcas e imprecisas. Sabemos que estudou em Glasgow High School, Glasgow University e na Edinburgh University. No ano da publicação deste artigo casa-se com Alice Mary Noel. Em sua carreira política possuiu três mandatos no parlamento do Reino Unido: Bow e Bromley (1892-1895); Falkirk Burghs (1906-1918); e Stirling e Falkirk Burghs (1918-1922). Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/John\\_Macdonald\\_%28British\\_politician%29](http://en.wikipedia.org/wiki/John_Macdonald_%28British_politician%29)>. Acessado em: 27/10/2013. Escreveu alguns livros: *The Constitutional Crisis: A review of the situation and a plea for settlement* (1913); *The Federal Solution* (1914); *The Case for Federal Devolution* (1914); *European International Relations* (1916); *Karl Marx and Present Unrest* (1922).

como ela foi lugar-comum não só para os historiadores mais também para o pensamento do mundo moderno. Apontou que isto foi a “espinha dorsal da ciência” e que isso exerceu uma influência marcante não apenas nas práticas políticas, mas, também começou a exercer força até no pensamento teológico (MACDONALD, 1885, p. 363). No entanto, assumir este conceito sem problematizá-lo, é a princípio complicado e em última instância enganoso, segundo o autor. Para MacDonald, há uma série de percalços inseridos no interior deste “conceito-orientador”. Assim pontua:

Mas este termo “Progresso”, sem mais qualificação é um termo vago e enganoso no qual tem tido uma influência perversa sobre as políticas do Continente, no qual tem sido a ocasião de muita indecisão na conduta dos ofícios aqui na Inglaterra. Origina-se para o fato que o termo “Progresso” não está estritamente definido, significando nenhuma coisa mais que mudança. Isto é, sem objetivo ou extensão e não tem um padrão pelo qual estima-se a mudança. O melhorado, o mais perfeito estado de coisas tende em direção para o qual é professadamente e completamente indeterminado. É isso possível, afirmar que ele [o progresso (grifo nosso)] constitui esta vida progressiva – Que seu fim e objetivo existe? Podemos determinar de onde e para onde este grande esforço da vida humana de quem as ações constitui o que é chamado de História? (MACDONALD, 1885, p. 363).<sup>1</sup>

Estas são as perguntas centrais que o autor propõe responder. Acreditamos ser necessário fazer um delineamento acerca deste conceito e como o mesmo se processou de modo mais incisivo a partir do século XVIII, para então avançar no texto de MacDonald, devido as suas particularidades.

A ideia de progresso fruto do Iluminismo perpassou de modo geral todo o pensamento moderno europeu, de modo a influenciar muitos campos do saber – as ciências humanas – e em especial a história, que também foi alcançada por esse ideal. Sobretudo, esta instância temporal antes de mais nada só foi possível graças ao desenvolvimento da ideia de um tempo linear, introduzido via uma perspectiva religiosa judaico-cristã de cunho teleológico, com um fim eminentemente escatológico; de outro, essa perspectiva abriu espaço para uma característica de singularidade aos acontecimentos históricos, como únicos e irreversíveis. A irreversibilidade do tempo possibilitou uma outra abertura: a secularização deste tempo teleológico religioso

---

1 “But this term " Progress," without further qualification, is a vague and misleading term, and one which has had a baleful influence on politics on the Continent, and which has been the occasion of much indecision in the conduct of affairs here in England. This arises from the fact that the term " Progress," unless strictly defined, means nothing more than change. It is without scope or goal, and has no standard by which to estimate change. The improved, more perfect state of things, towards which it professedly tends, is altogether undetermined. Is it possible to state what it is that constitutes this progressive life – what its end and aim is? Can we determine the whence and the whither of this great struggling human life whose deeds constitute what is called History?”

para um tempo eminentemente histórico. Foi a partir deste deslocamento que a ideia de progresso se tornou possível com os filósofos do Iluminismo. Para Castro [...] “En el pensamiento de 1800 ocupa el centro la cronosofia lineal, siendo la ciencia, hasta la crisis de 1890, un pilar de la teoría del progreso [...]” (2002, p. 205).

Este desdobramento da secularização temporal e de sua desvinculação da ideia de providência divina é apontado tanto por Nisbet quanto por Koselleck. O primeiro observou que no período de 1750 a 1900, foi possível perceber essa mudança se estruturando no pensamento de muitos filósofos:

No período com o qual estamos nos ocupando agora, também vemos surgir e se desenvolver a secularização da ideia de progresso destacando essa ideia de seu anterior relacionamento com Deus e tornando-a um processo histórico ativado e mantido por causas puramente naturais. Desde as notáveis conferências e escritos de Turgot em 1750 e 1751 e abrangendo Condorcet, Comte, Marx, Mill, Spencer e outros pensadores, existe um desejo manifesto de libertar o progresso de seu relacionamento essencial com uma Providência ativa, que o conduz e determina. [...] Este processo da secularização da ideia de progresso, iniciado de forma significativa no século XVIII, foi ganhando ímpeto de forma constante durante os dois séculos seguintes para atingir seu ponto culminante na segunda metade do século XX (NISBET, 1985, p. 181-82).

Karl Löwith em *O Sentido da História* acrescenta que “John B. Bury, no estudo sobre *The Idea of Progress*, demonstrou de que forma surgiu esta ideia no século XVII e evoluiu para uma opinião corrente. A crença num progresso imanente e indefinido substitui cada vez mais a crença na providência transcendente de Deus” (1977, p. 67). Para Bury foi “Apenas na altura em que os homens se sentiram independentes da providência é que puderam organizar uma teoria do progresso” (Apud LÖWITH, 1977, p. 67).

É evidente que alguns pensadores ainda mantiveram no interior de suas análises esses elementos providenciais como é o caso de Hegel apontado por Löwith e por extensão MacDonald:

A fórmula de Hegel para produzir o princípio religioso “sob a forma de razão humana e liberdade secular” não é exclusivamente sua. É o princípio comum a todas filosofias da história do Iluminismo. O que distingue Hegel de todos os seus antecessores e dos seus sucessores radicais é o facto de ter restringido a visão otimista do Iluminismo, reinterpretando mais uma vez a tradição teológica de acordo com a qual o tempo já se encontra preenchido. A sua aplicação do princípio racional do progresso não é revolucionário mas conservadora (1985, p. 67).

Desse modo, foi a partir da Revolução Francesa que se pode notar que o *espaço de experiência* já não mais servia de base para o *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006). Nele se vê reunido duas instâncias temporais: uma ruptura com a intitulada *historia magistra vitae*; doutro, um alargamento da projeção temporal do futuro, ou seja, o *regime moderno de*

*historicidade*. Dimensionar o aspecto temporal nos proporcionar acessar o conteúdo do conceito com mais eficiência. Koselleck (1979) e Hartog (1996) apontam que a dissolução da *historia magistra vitae* ocorreu apenas na segunda metade do século XVIII, “na Alemanha com a formação do moderno conceito de história e na França com a Revolução” [...] (HARTOG, 1996, p. 04). Assim, a [...] “Historia magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro” [...] (1996, p. 15).

É dentro deste cenário que o texto de MacDonald está inserido. Escrito nos idos de 1885 na *Mind Review*, o título de seu artigo, *The Science of History* não soa estranho aos nossos ouvidos, tão comum a nós desde a longa tradição da Escola dos Annales e da Escola Metódica Alemã. Não obstante a nossa familiarização ao título, a composição das estruturas explicativas de seu texto nos leva a um distanciamento em relação a algumas de suas ideias; doutro, nos aproxima de outras.

Se por um lado, verificamos como nos aponta Koselleck em “Progress” and “Decline” (2002) que o progresso enquanto um *coletivo singular* foi capaz de trazer a cópia dos significados científicos, tecnológicos e industriais e também significados de envolvimento social e moral (2002, p. 229), de outro, percebemos sua imprecisão rumo ao final do século XIX e de maneira mais incisiva no século XX. Desse modo a fé no progresso guiando ao desdobramento futuro, tronou-se por assim dizer ultrapassado sem que com isso, tornasse completamente injustificável (2002, p. 233). É neste desdobramento, de um momento de crise do conceito de progresso que MacDonald está a indagar.

Após alguns apontamentos acerca do conceito de progresso, entramos no segundo momento do texto de MacDonald, que diz respeito a crítica a um tipo de pensamento que leva em seu bojo o paradigma das ciências naturais para o interior das ciências humanas, tendo como primado o estabelecimento de leis universais. Especialmente em dois autores: Charles Darwin (1809-1882) e Hebert Spencer (1820-1903). O segundo, de modo mais enfático. O ponto inicial para o desdobramento desta discussão repousa sobre a crítica feita por MacDonald à teoria da vida de ambos os autores supracitados. Desse modo, de um lado, questiona o princípio da evolução e da seleção natural; doutro o princípio de necessidade e mudança.

De início, as críticas formuladas por MacDonald repousa sobre a teoria da vida do tipo formulado pelos autores em questão, que segundo ele tinha ganhado força devido o estabelecimento de novas “descobertas na ciência” em circulação naquele momento. O tipo de problema em questão em Darwin para o autor, repousa em atribuir o início da vida em princípios puramente causais que independem da consciência humana, ou seja, um processo pelo qual o homem não possuía autonomia. Darwin segundo nos aponta MacDonald aponta que este “princípio formativo” não se deu por intermédio de princípios causais, mas pela ação direta do Criador. Entretanto, dado esse primado inicial, sua teoria poderia assegurar os passos subsequentes nos graus mais complexos (MACDONALD, 1885, p. 363-4). De modo geral, MacDonald aponta em Darwin o conceito de evolução aplicado as espécies – que segue das etapas mais primitivas às formas mais elevadas – no nível biológico, e o associa em termos causais com a noção de progresso. Para ele a teoria declarada não possui um propósito subjacente e inteligente a determinar o processo da evolução, ou seja, seu processo pode ter seguido um curso diferente do apresentado, diferentemente da temporalidade linear, progressiva e evolutiva.<sup>1</sup> Assim conclui seu argumento acerca de Darwin:

[...] Se isto não fosse assim, se fosse um processo predeterminado o qual alcançou seu estágio final de realização na consciência, então o homem, como o topo absoluto da estrutura da vida seria apto para determinar não meramente o curso da vida, mas seu objetivo e seu significado essencial. [...] Mas de acordo com a teoria não é assim. A origem da vida é desconhecida, seu curso incerto e seu fim perdido no interminável futuro (MACDONALD, 1985, p. 364).<sup>2</sup>

A importância de negar essa teoria da vida (o qual para ele Spencer é uma extensão, embora sabemos que suas pretensões foram distintas) se faz necessária, pois, para ele se assumirmos essa premissa como verdadeira, uma Ciência da História em qualquer sentido se torna impossível.<sup>3</sup> Sua ideia acerca da cientificidade da história, repousa numa contraposição a esse tipo de teoria da vida, mas que no entanto, não fica claro em suas ideias e nem é problematizado pelo autor. Posteriormente como se verá, sua concepção irá ao encontro da filosofia idealista, tendo como centralidade o conceito de *consciência*. Mas antes deste ponto, endereça questionamentos a cerca da submissão da vida humana segunda as leis extraídas

---

1 *Ibid.*, p. 364.

2 “[...] If it were not so, if the process were a predetermined one which reached its final stage of realisation in consciousness, then man, as the absolute summit of the life-structure, would be able to determine not merely the course of life but its aim, its essential meaning. [...] But according to the theory this is not so. The origin of life is unknown, its course uncertain, and its end lost in the interminable future”.

3 *Ibid.*, p. 364.

das ciências naturais, e em especial, para duas ideias centrais no pensamento de Spencer, a saber: necessidade e mudança.

A regulação da vida humana na teoria de Spencer caminha em direção as ciências naturais, com tons positivista como nos sugere MacDonald: reconhecimento de leis universais e imutáveis, regulação da vida humana mediante tais leis, interpretações dos fenômenos naturais aplicados a sociedade, etc. Assim, denota que “[...] segundo a teoria, as leis as quais regulam a vida humana em sociedade e o Estado foi sempre determinado pela interpretação dada aos fenômenos naturais [...]” (MACDONALD, 1885, p 365).<sup>1</sup> Desse modo, aponta que “[...] O então falado progresso é um ajusto meramente formal da vida humana para a inexplicável necessidade; o progresso não em direção a uma totalidade, uma vida completa, cujo o fim é realizar-se não simplesmente coma sombra da necessidade mas, como sua pressuposição e substância [...]” (1885, p. 365-6)<sup>2</sup>.

Macdonald faz as críticas as teses de Darwin e Spencer para assim aproximar das teses do prof. T. H. Green<sup>3</sup> a cerca da teoria da consciência. Pois para ele assumir que “as leis as quais agora regulam a vida no mundo são as leis as quais têm feito este mundo o que é” não lhe apraz como satisfatória, por entender que neste processo o homem havia consciência, característica que o diferencia das outras vidas animais, princípio o qual não foi considerado por Darwin e Spencer.

Feitos essas considerações o autor direciona seus argumentos para apontar o aspecto da consciência humana em três momentos: 1) As características da consciência na medida que como consciência é distinta da mera vida animal. 2) Os meios pelos quais a vida consciente percebe seu fim e 3) A forma na qual a perfeita vida consciente expressa em si. É dentro destas dimensões que ele nos apresenta sua filosofia da história. Para ele:

O destino do homem, [...] está para perceber sua própria liberdade, sua liberdade espiritual, aquela liberdade o qual floresce de um conhecimento do sistema do qual ele não é somente a mais elevada expressão, mas também o próprio processo da natureza,

---

1 “according to the theory, the laws which regulate human life in society and the state have always been determined by the interpretation given to natural phenomena [...]”.

2 “The so-called progress is a merely formal adjustment of human life to inexplicable necessity; not progress towards a fuller, completer life, whose end is to realise itself not imerely as the shadow of the necessary but as its substanlce and presupposition [...]”.

3 Em especial três textos do prof. Green publicados na *Contemporary Review* em 1877-8 intitulados respectivamente: Mr Herbert Spencer and Mr G. H. Lewes's: Theirs application of the doctrine of evolution to thought I, December of 1877, p. 25-53; Mr G. H. Lewes's: Theirs application of the doctrine of evolution to thought II. March of 1878, p. 745-769; Mr G. H. Lewes's account of experience. July, of 1878, p. 751-772.



a absoluta substância: para realizar seu vazio, sua inutilidade, como um mero indivíduo, mas seu essencial valor infinito está quando ele realiza sua unidade com o objetivo universal, feito com a vontade de Deus. Este é o destino que é lentamente realizado no curso da história (MACDONALD, 1885, p. 370).<sup>4</sup>

Neste momento já podemos apontar para o que será desenvolvido posteriormente pelo autor como os aspectos de sua filosofia da história<sup>1</sup> de cunho eminentemente especulativo, metafísico, providencial, e por fim, vinculado ao Idealismo: de um lado, alemão, em Hegel; doutro, britânico, em Green. A possibilidade para uma filosofia da história é apresentado por Koselleck em *Crítica e Crise*, já nos idos do século XVIII, fruto da filosofia do Iluminismo, e é justamente essa nova forma de perceber a temporalidade com um olhar para o porvir que abre a possibilidade para a filosofia da história como um projeto utópico da burguesia, em duas esferas: pela crítica e pela crise. Para Koselleck “A crise política (que, uma vez deflagrada, exige uma decisão) e as respectivas filosofias da história (em cujo nome tenta-se antecipar esta decisão, influenciá-la, orientá-la ou em caso de catástrofe, evitá-la) formam um único fenômeno histórico, cuja raiz deve ser procurada no século XVIII” (1999, p. 09). Que fenômeno histórico é esse, cuja realização remonta ao futuro? Koselleck acrescenta:

No século XVIII, o planejamento utópico do futuro já tinha uma função histórica específica. Em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, em nome deste mesmo argumento, minava internamente a ordem do sistema absolutista. A filosofia da história forneceu os conceitos que justificaram a ascensão e o papel da burguesia. O século XVIII é a antecâmara da época atual, cuja tensão se acentuou progressivamente desde a Revolução Francesa, que afetou o mundo inteiro, extensivamente, e todos os homens, intensamente [...] (1999, p. 10).

Os elementos para essa abordagem já estavam disponíveis. Para além desta

---

4 “The destiny of man, [...] is to realise his own freedom, his spiritual freedom, that freedom which springs from a knowledge of the system of which he is not only the highest expression but also, from the very nature of the process, the absolute substance: to realise his emptiness, his worthlessness, as a mere individual, but his essential infinite worth when he realises his oneness with the universal aim, with God made manifest. It is this destiny that is slowly accomplished in the course of history”.

1 Para Walsh (*Introdução à Filosofia da História*) e para o prof. Estevão de R. Martins (*Filosofia Analítica da História*), antes de precisar o termo é necessário seccioná-los pois em si mesmos implica dois campos. Para Walsh a história se apresenta em dois sentidos: “significa a totalidade das ações humanas do passado” e a “narrativa ou relato que delas fazemos”. Para Martins, “Por um lado, um acontecimento que se deu independentemente do historiador que o examina. Por outro lado, diz respeito à investigação desse acontecimento (ciência histórica), que se exprime em descrição e explicação”. Walsh faz uma comparação com a filosofia da natureza (o estudo do curso real dos acontecimentos) e a filosofia da ciência (a reflexão sobre o processo do pensamento científico) para entender a filosofia da história. Para ele, “é na verdade, o nome de um duplo grupo de problemas filosóficos: tem tanto uma parte especulativa como uma parte analítica” (WALSH, 1978, p. 16-7) Para o segundo, “Ela é, por um lado e propriamente, uma filosofia do acontecer histórico e como tal pode ser rebatizada de “teoria do processo histórico ou de evolução histórica”. Por outro lado, contudo, ela é filosofia da investigação histórica e, assim, constitui-se numa teoria ou epistemologia da ciência histórica (MARTINS, 1989, p. 83-4).

característica MacDonald vincula os elementos de sua filosofia da história com um fundo eminentemente religioso e político. Respectivamente: protestante e liberal. Desse modo, a natureza da vontade de Deus é chamada pelo autor de liberdade. Para obter essa liberdade, “[...] perceber a unidade do divino e do humano é o objeto da ação do mundo, aquela a qual dá continuidade a vida do homem aquilo é o que faz a Ciência da História possível” (1885, p. 370)<sup>2</sup>. MacDonald aponta a importância da ação do mundo como um propósito divino com o homem, como um agente histórico, seu objetivo seria a manutenção da vida humana para este reconhecimento. Assim, adentramos no segundo ponto tratado por ele, ou seja, os meios pelos quais a vida consciente percebe seu fim. O fim, ou o sentido do propósito divino no mundo é o aperfeiçoamento da vida do homem, a ideia de progresso é substituída, e este aperfeiçoamento é a harmonia e o reconhecimento deste processo divino pelo homem, que segundo o autor só foi possível através da introdução do Cristianismo, o que possibilitou acessar esse processo geral e universal. Desse modo, para ele “[...] a vida humana não é meramente aquele ajuste natural para as condições gerais da vida, o qual é conduzido na frase “a sobrevivência do mais apto”; mas aquele ajuste o qual através da consciência se adapta em si mesmo para o fim” (1885, p. 372)<sup>1</sup>.

O último ponto em destaque, seria a realização da vontade divina em convergência com a consciência do homem com este propósito, desígnio divino. A materialização, a realidade deste processo – a união da vontade individual com a vontade divina – se consubstanciaria na mais elevada expressão: o Estado. Assim, “[...] O Estado é a ideia divina que exista na terra. Temos portanto nela o objeto da história na mais definitiva forma [...] no qual a liberdade adquire real existência” (MACDONALD, 1885, p. 373)<sup>2</sup>. Este seria o *locus* comum desta junção, o lugar aonde a liberdade se realizaria. Em dois níveis: primeiro, a ideia da liberdade como o objetivo absoluto e final; segundo, os meios para realizar isto, ou seja, o Estado.<sup>3</sup> Assim, o que fica subentendido a nós é que a sua ideia de uma Ciência da História,

---

2 “[...] to realise the unity of the divine and human, is the object of the world's action, that which gives continuity to the life of man, and that which makes a Science of History possible”.

1 “[...] human life is not merely that natural adjustment to the conditions of general life. which is conveyed in the phrase “Survival of the Fittest”; but is that adjustment which through consciousness adapts, itself to the end”.

2 “[...] The State is the divine idea as it exists on earth. We have in it, therefore, the object of history in a more definite shape than before: that in which freedom obtains real existence [...]”.

3 *Ibid.*, p. 374.

estaria no limiar de uma filosofia da história, cujo o princípio orientador seria o da realização da liberdade. A história neste sentido, seria a história da liberdade humana, na qual teria sua expressão e realização no Estado.

Diante das conclusões do autor somos levados a inquirir sua perspectiva filosófica, cuja projeção não se encontra desvinculada às outras perspectivas de igual teor, do qual a evidência máxima dessas premissas buscam encontrar o elemento sintético – o sentido, a significação – do processo histórico. Desse modo, vislumbramos outros *insight* semelhantes: as filosofias da história de Kant, Herder e Hegel, dos quais os desdobramentos aproxima-se de MacDonald (WALSH, 1967). As particularidades destas filosofias e sua heterogeneidade afluem num ponto comum: “produzir uma interpretação do curso real dos acontecimentos, mostrando que era possível encontrar nela uma forma especial de inteligibilidade” (WALSH, 1967, p. 114). Para muitos dos filósofos que ocuparam da história, o que se procurava na tecitura “caóticas” dos fatos históricos era buscar uma “racionalidade subjacente no curso dos acontecimentos históricos”, que de outro modo, não se processou de maneira semelhante nos escritos dos historiadores desse período em questão, cujas preocupações apontavam para outras dimensões; não a racionalidade no curso dos acontecimentos, e sim, uma racionalidade científica do conhecimento histórico, ou seja, a validação desse conhecimento mediante técnicas operacionais de validação científica, como se pôde verificar na frase de Bury: “a história é uma ciência, nem mais, nem menos”. Assim, MacDonald e Bury concatena dois projetos interpretativos distintos que levam o mesmo nome de seus escritos: *The Science of history*. Respectivamente: o do primeiro aqui analisado data de 1885 e do segundo alguns anos depois em 1903<sup>1</sup> reunido posteriormente em seus *Selected Essays* datado de 1927. Neles encontramos a disparidade epistemológica do qual a orientação e mesmo a concepção daquilo que sistematicamente conhecemos como um campo disciplinar, a eles se apresentavam como um processo em expansão. Significa dizer que a própria consubstanciação da disciplina histórica ainda não estava totalmente estabelecida de forma sistemática e aceita, ou seja, “a garantia do método e sua validação científica”. O que de outro modo, possibilitou outras incursões aos fenômenos históricos, o que nos permiti dizer que ao menos houve no interior desses projetos (quer seja de historiadores, quer não, com os filósofos da história) variáveis

---

1 Esse texto refere-se a sua aula inaugural quando Bury assumiu a cátedra de história moderna em Cambridge.

concomitantemente comuns: vinculações políticas, ideológicas e religiosas. Imprescindivelmente vinculadas às suas projeções, num horizonte de expectativas comum: a exaltação do projeto moderno da fundamentação do Estado.<sup>2</sup>

Os exemplos elencados servem para dimensionar o abismo das propostas: de um lado, uma perspectiva filosófica (eminentemente especulativa); de outro, uma totalmente diferente de caráter consensualmente histórico (reconstrução histórica) cujas as ferramentas operacionais o legitimaria como científico. Ao primeiro,

Uma “filosofia” da história, [...] significava um tratamento especulativo dos fatos históricos detalhados e, como tal, pertencia mais à metafísica do que à teoria do conhecimento. [...] A filosofia da história tomou seu lugar nesse projeto, juntamente com as filosofias da natureza, arte, religião e política, a todas as quais foi aplicado o mesmo tratamento geral (WALSH, 1967, p. 115).

Ao segundo, estava em questão a validação do conhecimento histórico, neste sentido de caráter epistemológico, havia em seu interior também uma sorte de outros elementos: subjetividade, verdade, imaginação histórica, capacidade narrativa e seu encontro com a literatura, e por fim, a proposta mais almejada: a cientificidade do conhecimento histórico. Para a segunda estava em questão um outro *status*: “a tarefa da história era apenas a de descobrir a verdade, e a descoberta da verdade era uma empresa que poderia ser melhor realizada de forma cooperativa, tanto na história como nas outras ciências”.<sup>1</sup> Mediante os esforços dessa articulação, resta-nos assim, dimensionar o desdobramento processual da história enquanto uma disciplina ou campo válido de conhecimento: primeiramente, o esforço de alguns filósofos de encontrar o “sentido” da história (MacDonald está inserido neste grupo); em segundo lugar, o estabelecimento da história enquanto disciplina e sua

---

2 É importante ressaltar as antinomias desse fenômeno. De um lado, temos imbricado no processo de consolidação da disciplina histórica (o exemplo se estende ao mundo inglês, mas pode ser amplamente verificado em outros países: França e Alemanha. Ao primeiro verificar: BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. *Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso A. D. Xénopol*. 2013. 166 f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013. Para o segundo verificar: BENTIVOGLIO, Júlio. “*A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX*”. Revista História da Historiografia, Ouro Preto: n° 6, março de 2011. pp. 81-101.) uma forte tendência à exaltação da consolidação do Estado, de outro, a fundamentação histórica deste e seu processo de construção. Essa inclinação pode ser amplamente verificada pelos temas tratados na primeira revista de história inglesa (*The English Historical Review* fundada em 1886). Para tais dados verificar: SILVA, Leonardo de Jesus. *Historiografia inglesa em revista: a English Historical Review e a história pensada no século XIX*. 2013. 133 f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013. De modo semelhante, observamos um processo paralelo com as filosofias da história, que tendeu a dar significação ao processo histórico *in totum*, cuja a cristalização também repousaria na consolidação e exaltação do Estado de um lado, e a vinculação política, ideológica e religiosa de outro.

1 *Ibid.*, p. 164.

profissionalização (do qual Bury e muitos outros historiadores ingleses fizeram parte).

Contudo, é neste florescer contundente cheio de imbricações e amálgamas que a História se estabeleceu com sua pretensão científica, da qual seria questionada com veemência no século seguinte. Apesar das dissidências e antinomias da própria processualidade e profissionalização da história, os seguidores da deusa Clio mantiveram seu ofício e tentaram elevar o status da disciplina pautado no efeito criterioso do método: heurística, crítica e interpretação. Restaram-se assim para os filósofos da história um não lugar, efetivado e validado por um *corpus intelectual*, um *lugar institucional*, por fim, um *campo* com seus limites e métodos estabelecidos e definidos.

## FONTE

MACDONALD, J. A. Murray. The Science of History. In: \_\_\_\_\_. *Mind Quartely Review of psychology and phisolophy*. Londres, O. Norman And Son, Printers, Vol. 10, N. 39 (Jul. 1885) p. 363-376.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTIVOGLIO, Júlio. *A História Conceitual de Reinhart Koselleck. Dimensões*. Espírito Santo, v. 24, p. 114-134, 2010. INSS: 1517-2120.

\_\_\_\_\_. "A *Historiche Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX". Revista História da Historiografia, Ouro Preto: n° 6, março de 2011. pp. 81-101.

BOUCHER, David. *The Creation of the Past: British Idealism and Michael Oakeshott's Philosophy of History*. History and Theory, Vol. 23, No. 2 (May, 1984), pp. 193-214.

\_\_\_\_\_. *British Idealism, the State, and International Relations*. Journal of the History of Ideas, Vol. 55, No. 4 (Oct., 1994), pp. 671-694.

BOUCHER, David, VINCENT, Andrew. *British Idealism and Political Theory*. Endinburgh: Endinburgh University Press. 2000.

\_\_\_\_\_. *A Guide for the perplexed*. Endinburgh: Continuum. 2012.

CASTRO, Sixto J. Concepto Sagital. In: \_\_\_\_\_. *Trama Del Tiempo, La Una Reflexion Filosofica*. Espanha: San Esteban. 2002.

DA MATA, Sérgio. Leopold Von Ranke (1795-1886). In: \_\_\_\_\_. MARTINS, Estevão de Rezende. (org.) *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paul: Contexto, 2010.

DUNHAM, Jeremy, GRANT, Iain Hamilton, WATSON, Sea. *Idealism: the history of a philosophy*. Canada: MgGill-Queen's University Press. 2011.

FREDERICK COPLESTON, S. J. *A History of Philosophy. Modern philosophy: empiricism, idealism, and pragmatism in Britain and America*. Vol. VIII. New York: Doubleday, 1966.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Disponível em: <[http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original\\_Fran%C3%A7ois\\_Hartog\\_-\\_Regime\\_de\\_Historicidade\\_\(1\).pdf](http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf)>

Acessado em: 09/10/2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto. 1999.

\_\_\_\_\_. "Progress" and "Decline". In: \_\_\_\_\_. *The Practice of Conceptual History, Timing History: Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press. 2002.

LOPES, Renato. Thomas Carlyle (1795-1881). In: \_\_\_\_\_. MARTINS, Estevão de Rezende. (org.) *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

LÖWITH, Karl. *O Sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991.

MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MANDER, W. J. *British Idealism: A History*. Oxford: Oxford University Press. 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Anglo-American Idealism, 1865-1927*. London: Greenwood Press. 2000.

MARTINS, E. C. R. Filosofia Analítica da História. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. Campinas: Papyrus, 1989, p. 83-95.

NIELL, E. *Evolutionary theory and British idealism: the case of David George Ritchie*. *History of European Ideas* 29 (2003) 313-338

NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso*. Trad. de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1985.

OFFER, John. *An Intellectual History of British Social Policy: Idealism versus non-idealism*. Great Britain: The Policy Press. 2006.

ROCKMORE, Tom. *Hegel, Idealism, and Analytic Philosophy*. United States: Yale University Press. 2005.

STERN, Robert. *Hegel, British Idealism, and the curious case of the concrete universal*. *British Journal for the History of Philosophy*, Vol. 15, No. 1, pp. 115-153.

WASLSH, W.H. *Introdução à Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.